

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº      , DE 2006**  
**(Do Sr. Carlos Souza e outros)**

Dá nova redação ao Art. 5º da  
Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal,  
nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao  
texto constitucional:

Art. Único. O artigo 5º da Constituição Federal passa a  
vigorar com a seguinte redação :

*"Art. 5º .....*

*LXXVIII - Não há crime quando o agente pratica fato  
cuja lesividade é insignificante."*

**JUSTIFICAÇÃO**

O Direito Penal tem por fim precípua definir as condutas  
humanas mais reprováveis ocorridas em uma sociedade, estabelecendo penas e  
medidas de segurança aos seus infratores. Assim, não se pode definir como  
infração penal toda e qualquer conduta, mas somente aquelas que atinjam os  
bens jurídicos de maior importância e vitais ao convívio em comunidade e que  
devem ser protegidos por esse ramo do ordenamento jurídico.



9B6949D200

Nesse sentido, o Direito Penal somente deve agir até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico, não se ocupando de bagatelas. Decorre daí o Princípio da bagatela ou da Insignificância que pode ser conceituado como sendo aquele que permite afastar a tipicidade de fatos causadores de danos de pouca ou nenhuma importância. Dessa forma, não merecem a atenção do Direito Penal.

O princípio da insignificância possibilita que a jurisdição penal considere os delitos de bagatela como sendo fatos atípicos, posto que são irrelevantes e, por conseguinte, destituídos de qualquer valoração a merecer tutela penal. São ações aparentemente típicas, mas de tal modo inexpressivas e insignificantes que não merecem a reprovabilidade penal.

Desse modo, conclui-se que o princípio da insignificância é um critério geral interpretativo de exclusão da tipicidade. É uma máxima orientada ao exegeta que ao analisar a tipicidade deve verificar se o dano afetou significativamente o bem jurídico a ponto de ser imprescindível a aplicação de reprimenda penal.

Ocorre, porém, que a despeito de sua inequívoca importância para a aplicação do direito penal, o princípio da insignificância não consta de nenhum diploma legal do sistema jurídico brasileiro.

Destarte, salutar seria, a inclusão da máxima, ora em comento, no texto da Carta Magna, conferindo-lhe destaque de cláusula pétrea Constitucional, evitando-se a sua futura extirpação do direito positivo.

Assim, pelo exposto, pugnamos pelo o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição Federal.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2006.

**Deputado CARLOS SOUZA**



9B6949D200